



SINDÁGUA MG

Registro

27/MAI/2026

Eletrônico



Nº 669

PRIVATIZAÇÃO DA COPASA TROPEÇA EM DENÚNCIAS DO SINDÁGUA E GOVERNO ADIA O PROCESSO

Mais um capítulo na atropelada tentativa de entrega da nossa água veio a público nesta quarta-feira. A direção da Copasa anunciou oficialmente o adiamento do processo de privatização, frustrando os planos do governo estadual de divulgar imediatamente o investidor de referência que assumiria o controle da companhia – disputa que hoje corre entre as empresas Aegea e Equatorial. Sob a justificativa técnica de ter identificado supostos “fatos supervenientes”, o Palácio Tiradentes foi obrigado a recuar, prometendo reformular todo o cronograma e refazer documentos essenciais da oferta, como o prospecto preliminar e o aviso ao mercado enviado à Bolsa de Valores (B3).

Devemos lembrar que, por definição, um “fato superveniente” refere-se a algo de extrema importância que acontece durante o trâmite de um processo, levando o juiz a considerar esse novo acontecimento ao julgar, pois impacta as obrigações e direitos das partes envolvidas, podendo modificar ou extinguir o acordo, como a alteração da capacidade de pagamento de alguém.

Para a direção do **SINDÁGUA**, esse recuo não traz a menor surpresa. Na verdade, ele reflete o peso das inúmeras e consistentes denúncias que a nossa entidade sindical apresentou ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). Recentemente, o órgão fiscalizador determinou que a Copasa respondesse sobre graves irregularidades apontadas no processo de desestatização. A resposta enviada pela empresa ao tribunal foi um verdadeiro amontoado de argumentos genéricos e vazios, incapazes de convencer qualquer auditor minimamente sério diante da gravidade do que foi inquirido. O governo e a direção da empresa sabem que o processo está juridicamente fragilizado.

Para além dos nós legais, o avanço dessa privatização expõe uma situação inaceitável do ponto de vista moral e ético. O ofício enviado à B3 para adiar a entrega da estatal é assinado não apenas pelo governo, mas subscrito também por gigantes financeiros como BTG Pactual, Itaú, Bank of

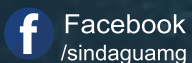


America, Citigroup e UBS BB. Essas instituições atuam formalmente como coordenadoras da oferta pública, ao mesmo tempo em que representam interesses diretamente ligados à absorção das ações do Estado para o controle da Copasa. É o mercado financeiro ditando as regras e tentando lucrar com um patrimônio que pertence ao povo mineiro, exatamente como o **SINDÁGUA** vem denunciando sistematicamente.

O adiamento comprova que a pressa do governo em entregar o saneamento esbarra na resistência e na fiscalização. O **SINDÁGUA** continuará firme nas trincheiras jurídicas, políticas e sociais para barrar esse crime contra o patrimônio público. A água é um direito, não uma mercadoria para enriquecer grandes bancos e corporações.

A luta contra a privatização continua!

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:



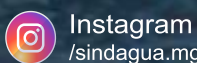
Facebook
/sindaguamg



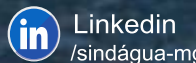
Youtube
/sindagua.mg



Twitter
/sindaguamg



Instagram
/sindagua.mg



Linkedin
/sindagua-mg



WhatsApp
(31) 3297-7227

